

PAULA SEQUEIROS
MARIA JOSÉ CARVALHO
GRAÇA CAPINHA
(ORGS.)

A INVESTIGAÇÃO E A ESCRITA

PUBLICAR SEM PERECER



IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

A Investigação e a Escrita: Publicar sem Perecer é uma coletânea publicada em Português, a partir de uma experiência de cinco anos de formação avançada extracurricular (*Publicar sem Perecer: Sobreviver ao Turbilhão*), em literacia da informação, escrita e publicação científica.

Esta é uma reflexão e uma problematização do que deve ser o papel da ciência num contexto que, cada vez mais, parece querer reproduzir na academia o mercantilismo de índole neoliberal. Aqui se lê a colaboração de autorias nacionais e internacionais que consideram uma diversidade de campos teóricos e empíricos sobre o fenómeno.

Esta obra pretende ser um contributo para identificar e questionar os problemas daí resultantes, tentando apontar algumas soluções para o mal-estar crescente que se vive no mundo académico.



I N V E S T I G A Ç Ã O



EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensa@uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Imprensa da Universidade de Coimbra

CONCEÇÃO GRÁFICA

Imprensa da Universidade de Coimbra

IMAGEM DA CAPA

Imagem inspirada na ilustração de Demirel Selçuk, disponível em:
<http://bibliotecasemrede.blogspot.pt/2010/12/turbilhao-de-ideias.html>

INFOGRAFIA

Mickael Silva

EXECUÇÃO GRÁFICA

Tipografia Beira Alta, Lda.

ISBN

978-989-26-2155-5

ISBN DIGITAL

978-989-26-2156-2

DOI

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-2156-2>

DEPÓSITO LEGAL

492398/21

OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE



ces Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



PAULA SEQUEIROS
MARIA JOSÉ CARVALHO
GRAÇA CAPINHA
(ORGS.)

A INVESTIGAÇÃO E A ESCRITA

PUBLICAR SEM PERECER

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

COMISSÃO CIENTÍFICA

Angélica Lyra de Araújo, Univ. Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Eliezer Araújo, Universidade de Aveiro
Ana Raquel Fernandes, Universidade Europeia
Marinela Freitas, Universidade do Porto
Tânia Leão, Universidade do Porto
Maria Beatriz Marques, Universidade de Coimbra
Hugo Monteiro, Instituto Politécnico do Porto
Cristina Parente, Universidade do Porto
Marleide Rodrigues da Silva Perrude, Univ. Estadual de Londrina
Rogério Miguel Puga, Universidade Nova de Lisboa
Manuel João Rodrigues Quartilho, Universidade de Coimbra
João Queirós, Instituto Politécnico do Porto
Armando Malheiro da Silva, Universidade do Porto
Hermínia Sol, Instituto Politécnico de Tomar
Luciana Melo e Souza, Universidade Federal da Bahia
Inês Pedro Vicente, Universidade Nova de Lisboa
Zuzanna Zarebska, Universidade de Lisboa

SUMÁRIO

Introdução.....	9
<i>Paula Sequeiros, Maria José Paiva Fernandes Carvalho, Graça Capinha</i>	
I - Políticas da Informação e da Disseminação:	
conceitos, acessos, desigualdades	17
Palavras como flores, conceitos como cercas: literacia da informação, desigualdades sociais no ensino superior.....	19
<i>Paula Sequeiros</i>	
Repositório institucional académico da UC e políticas de acesso aberto.....	45
<i>Ana Eva Miguéis</i>	
II - O Ciclo «Publicar em Perecer»:	
o exercício da escuta na aprendizagem e na escrita.....	69
Curso «Publicar sem Perecer»: produção de saberes para uma escrita científica crítica e reflexiva	71
<i>Margarida de Cássia Campos, Marília Veríssimo Veronese</i>	
O Processo da escrita académica: imersão, aprendizagens e desafios	91
<i>Fátima Valéria Ferreira de Souza, Otto Vinicius Agra Figueiredo</i>	
<i>Another brick (against) the wall:</i> o produtivismo académico e a iniciativa «Publicar sem Perecer: sobrevivendo ao turbilhão».....	109
<i>Fernando Laércio Silva, Roberta Guerra</i>	

III - Bibliotecas Académicas:	
o seu papel na expansão da formação para a produção científica.....	131
Bibliotecas universitárias:	
atendimento humanizado e a Biblioteca Norte Sul	133
<i>Maria José Paiva Fernandes Carvalho</i>	
Ateliê dos saberes: o que esperar de uma biblioteca?	161
<i>Rachel Carvalho</i>	
O papel dos gestores de referências bibliográficas	
na produção científica	177
<i>Francisco Freitas</i>	
IV - Consolidação de Saberes. Inscrição e distorção.....	195
Investigação, inscrição, publicação	197
<i>João Arriscado Nunes</i>	
Oferta e procura de investigadores doutorados:	
distorções no Sistema Científico e Tecnológico português	215
<i>Andrés Spognardi, Ana Raquel Matos</i>	
V - Literacias Multilíngues.....	249
Práticas de comunicação científica intercultural na	
capacitação de doutorandos para a academia internacional.....	251
<i>Patrícia Silva</i>	
Algumas reflexões sobre o ensino de escrita académica em inglês	271
<i>Kate Torkington</i>	
VI - Desassossegos na Investigação	295
Ser «jovem» cientista social sem perecer na academia-turbilhão	297
<i>Rita Alcaire, Rita Grácio</i>	
Saúde mental na academia.....	323
<i>Marco Pereira</i>	
VII - Escrita Académica: normas e insubordinações.....	341

Para uma Ciência Parda: uma escrita conform(e)/ada	343
<i>Graça Capinba</i>	
Na senda da voz autoral:	
conformidade, adaptação, questionamento e transgressão	359
<i>Joana Vieira Santos</i>	
Na fronteira das palavras: a ciência, as histórias e os públicos.....	399
<i>Rita Campos</i>	

(Página deixada propositadamente em branco)

**PARA UMA CIÊNCIA PARDA:
UMA ESCRITA CONFORM(E)/ADA**

Graça Capinha
Faculdade de Letras & Centro de Estudos Sociais,
Universidade de Coimbra
gcapinha@ces.uc.pt

Resumo

Quais são as políticas de linguagem da ciência contemporânea? E que nos diz isso? Será possível, repetindo apenas uma linguagem conformada a modelos dominantes e por demais repetidos, procurar e/ou dar forma ao novo? Ou apenas se pretende um simulacro do novo em palavras que não passam de esquifes convencionais? Algo que não nos deixa ir além do que Boaventura de Sousa Santos chamou a linha abissal? A questão passa então a ser: quem ganha com isso? E ainda: há uma razão de índole ideológica para tal?

Para reflectir sobre a poética (criar/fazer uma linguagem), que subjaz a todas as questões científicas, partirei de algumas teorias resistentes — da poética, da linguística, da filosofia e da própria ciência, nomeadamente, em autores como Charles Bernstein, Jean-Jacques Lecercle, Deleuze e Guattari e Richard Feynman, que nos desafiam a inaugurar linhas de fuga à violência da linguagem dos senhores.

Palavras-chave: poética, política, ciência, linha abissal.

Abstract

What is the politics of language in contemporary science? What does that entail? Is it possible to look for and/or give form to something which is supposed to be new if one simply repeats a language already (con)formed by dominant models? Or is contemporary science just aiming at creating a simulacrum of the new in words that can't go beyond conventional skiffs? Something which will not allow for us to go beyond what Boaventura de Sousa Santos has called the abyssal line of our modernity? The question then becomes: who is profiting from that? And furthermore: is there an ideological question for this?

Starting from a few resistance positions in poetics, linguistics, philosophy, and science itself, namely by authors like Charles Bernstein, Jean-Jacques Lecercle, Deleuze and Guattari, and Richard Feynman, I will reflect upon poetics (to create/to make in/with language) — which sustain and substantiate all the scientific questions — trying to respond to their challenge for the inauguration of lines of escape to the language of the masters.

Keywords: poetics, politics, science, abyssal line.

Tratar a questão da escrita académica consiste, antes de mais nada, em tratar uma questão de política de linguagem. Trata-se, afinal, de saber até que ponto nos dispomos a aceitar os modelos de representação dominantes nesse tipo de discurso e uma autoridade que, nos últimos anos, parece ter sido deslocada para um espaço que tem mais de económico do que de científico. Observamos o real — que mais não é do que uma construção social na linguagem — com as categorias dos modelos de representação dominantes e, se a nossa observação do real não se conforma a esses modelos, é porque o que vemos deixa de se adequar à linguagem que co-

nhecemos. Trata-se de uma questão epistemológica, além de uma questão de política de linguagem. Há mais de um século que os artistas modernistas se deram conta dela. Dizia Picasso, a propósito dos modelos de representação que lhe interessava explorar:

We tried to get rid of *«trompe d'oeil»* to find a *«trompe d'esprit»*. [...] [The] displaced object has entered a universe for which it was not made and where it retains, in a measure, its strangeness. And *this strangeness was what we wanted to make people think about* because we were quite aware that our world was becoming very strange and not exactly reassuring (*apud* Gilot & Carlton, 1964: 70) ¹

Explorar outras formas de representação do real importa à arte, mas também, atrevo-me a dizer, a uma ciência progressista — pois não se trata, quer num caso quer no outro, de conseguir pensar de outra maneira? E quando o mundo se torna, então tal como agora, «estranho e não exactamente tranquilizador», para que serve, afinal, impor os mesmos modelos de representação? Não estaremos perante um novo colonialismo a exigir uma monocultura da mente (Shiva, 1993), também agora, no domínio científico?

Começemos por falar da violência da linguagem. A violência da nossa aprendizagem das palavras e de como, para falar, nos submetemos às palavras que nos são impostas pela comunidade (Lecerle, 1990). A linguagem não é uma invenção de cada um/a de nós, mas apenas a apropriação de sons e sentidos que nos foram legados e impostos. Aristóteles percebeu claramente que, com a imitação daqueles sons, se fazia a nossa integração no mundo social (Aristóteles, 2016). Freud, por sua vez, deu-se conta de como esse gesto implicava uma internalização, ainda que inconsciente, das regras desse mundo, e, ao mesmo tempo, de como desse gesto emergia a nossa voz e,

¹ Minha ênfase

desta, resultava o prazer ou o sofrimento (Freud, 1953, 1960). Da capacidade congênita da imitação depende a satisfação dos nossos desejos, de comida e bebida, por exemplo. E dela depende ainda a possibilidade de entrar no território de sentido da nossa comunidade, que, assim, impõe o seu sentido sobre nós. Na aquisição das palavras, obtemos o prazer de sentir que estamos a entrar e a fazer parte de algo — ou começamos a perceber que há algo que não se adequa e isso leva, em muitos casos, à criação de identidades pela negativa. Desse modo, o poder da comunidade se exerce sobre o indivíduo, que poderá, ou não, desafiá-lo. Nesse jogo de poder e prazer nasce a primeira violência da linguagem: a da comunidade sobre nós e a da nossa voz na comunidade. Foucault, Lacan, Butler ou Kristeva, entre muitos outros e outras, são apenas alguns dos teóricos que disso se ocuparam: do poder, do desejo e do prazer na linguagem — do prazer do poder e do poder do prazer. Todos os dispositivos e/ou aparatos sociais se dedicam ao exercício dessa violência regulatória e daí resulta o chamado «senso-comum» — ou, como lhe chamaram Deleuze e Guattari, a linguagem dos mestres e/ou senhores (Deleuze e Guattari, 1986), da literatura à ciência.

A questão passa a ser: como resistir a essa violência da linguagem sobre nós? Mais do que pensar a linguagem como um modelo colaborativo e/ou comunicativo, que entende que o uso das palavras se destina a produzir um sentido partilhado, não teremos, antes, de pensar a linguagem como um modelo agonista em que permanentemente se jogam poderes distintos, em confronto, tentando que o sentido de uma voz se sobreponha ao sentido de uma outra voz?

Jean-Jacques Lecercle, partindo dos autores e autoras acima referidos, propôs-nos exactamente isso: pensar a linguagem como um modelo agonista e um jogo performativo sempre em processo, um jogo conflitual sempre em contexto. Vindo da linguística e da filosofia da linguagem, este pensador encontra na loucura (sempre uma perturbação na linguagem), na linguagem das crianças (e Lewis

Carroll sabia-o bem) e na poesia (já não a linguagem da verdade e do belo dos deuses de Platão, mas a linguagem que procura o sentido no silêncio do não-dito, do interdito e do inaudito) os três discursos que, mergulhados no território do «remainder», dos resíduos que ficam fora do sentido dominante, no silêncio (que mais não é do que o excesso do ainda por dizer), a possibilidade de, agonisticamente, questionar o sentido hegemónico e permitir que formas alternativas de dizer e de ver o mundo se inaugurem — as linhas de fuga, de que nos falam também Deleuze e Guattari (1986).

Trata-se de exercer uma contra-violência através do poder da voz individual e de ir além do poder do senso-comum. Trata-se, numa outra escala, de ir além do pensamento abissal do que se constituiu como a nossa modernidade, tal como Boaventura de Sousa Santos o concebe: um pensamento que reduz à não-existência tudo aquilo que se considera incomensurável ou incompreensível (Santos, 2007). Para tal, para assumirmos inteiramente a nossa pós-modernidade, dizia já Lyotard (1989), há que cultivar a performatividade e, dizia também, a universidade será o lugar por excelência para o fazer.

Pois bem, chegadas aqui e considerando esta breve súmula sobre o que tem sido, sobretudo ao longo de todo o século XX, alguma da reflexão e da produção de conhecimento sobre a questão da linguagem, que poderemos nós então pensar das exigências actuais para a escrita científica e/ou académica? Que pensar das exigências de usar uma mesma grelha de formulação da nossa linguagem «científica» para podermos publicar?

Coloco aspas em «científica», porque a ciência deve ter como objectivo principal encontrar um «novo» saber. A questão passa então a ser: pode um «novo» saber fazer-se com uma linguagem «velha» e/ou convencional?

Aqui há uns anos, ouvi uma física teórica falar dos problemas que a novíssima ciência (como a teoria do caos ou a física de cordas) enfrentava, porque, dizia, «ainda não temos uma linguagem para

elas». Que enorme paradoxo é então este, agora, de nos ser exigido a todos e a todas que, para publicar resultados da nossa investigação científica, tenhamos de usar as mesmas formas de linguagem? Que ideia de ciência é esta que agora nos está a ser imposta? Uma ciência que parece temer o surgimento de uma linguagem diferente e nova? Que nos exige que repitamos as mesmas estruturas rígidas e anquilosadas para expressar um pensamento novo? Que, pelos vistos, considera que qualquer prazer na leitura de um texto só pode significar falta de cientificidade?

Tudo em nome de uma pretensa ideia de «objectividade» que, sobretudo para aqueles e aquelas que estudam a linguagem, é — e lamento ter de usar esta expressão — uma completa bizzarria. Da arbitrariedade do signo de Saussure (1999), que discute a natureza convencional e arbitrária da relação entre significante e significado, ao inconsciente freudiano, que nos deixa na impossibilidade do controle absolutamente racional da nossa linguagem, às hierarquias de poder presentes no conceito marxista de ideologia, ao experimentalismo modernista de autores e autoras como Mallarmé, James Joyce, Appolinaire ou Gertrude Stein, já muito se avançou sobre o conhecimento científica acerca da natureza da linguagem, mas parece que estes novos senhores da «ciência» o desconhecem. E, se o conhecem, então a perversidade e a má-fé destas exigências tornam-se ainda mais bizarras, porque assentam num pressuposto de objectividade e/ou neutralidade que um outro teórico da linguagem nosso contemporâneo, Charles Bernstein, descreve deste modo, embora falando de poética (que é também o estudo do fazer da linguagem):

A ideologia, seja num ponto de vista restrito e particular, seja num modo de ouvir, seja na tendência das preferências ou desgostos, *dá sempre e em todas as circunstâncias forma*² à poesia

² Minha ênfase.

e confere-lhe, mesmo quando se trata dos aspectos mais especificamente ligados ao som, a densidade de uma existência social materializada que se expressa tanto através da música de uma obra, como nas suas referências multifoliáceas. Fingir que não se é militante, que se está acima do combate, separando o «melhor» do «pior» sem «rancores ideológicos» [...] é uma forma, por demais recorrente, de mistificação e má-fé, que tem como objectivo reforçar a autoridade das nossas afirmações (Bernstein, 1997: 103)

E conclui, um pouco mais adiante:

Não seria de esperar que os poetas que trabalham em oposição às forças dominantes [...] tivessem qualquer interesse intrínseco pelo espectro estreito da poesia da cultura oficial. Visto que a sua obra rejeita os valores de grande parte desta cultura, achando que estes valores são, de facto, *parte de um tecido de construções sociais que mantêm hierarquias económicas e políticas coercitivas*,³ a ideia de que todas as vertentes se devem interessar, educadamente, pelo refinamento estético é absurda: por um lado, esse interesse é paternalista; por outro, é auto-negação (Bernstein, 1997: 107)

Substituamos «poesia da cultura oficial» por «ciência da cultura oficial» e teremos o mesmo tipo de conclusão. Por refinamento estético, podemos também, e simplesmente, entender «o melhor» *na forma* de usar a linguagem para exprimir ou expor conhecimento. Aceitar que essa «forma melhor» nos seja imposta implica, pois, aceitar valores dominantes que são, como Bernstein muito bem refere, «parte de um tecido de construções sociais que mantêm hierarquias económicas e políticas coercitivas» — cuja autoridade se vê, assim, reforçada. É esta a natureza da linguagem (seja nas

³ Minha ênfase.

ciências sociais ou nas, ditas «exactas», ou nas artes e humanidades) e é exactamente assim que funciona a exigência da objectividade e/ou da neutralidade por parte de quem nos publica (ou não).

Mas falemos mais especificamente da própria cientificidade do conceito de objectividade. Sabemos que, se queremos falar de objectividade, teremos de estabelecer um pacto de sentido para que o código de linguagem que põe essa forma de ciência a funcionar seja aceite por todos aqueles e aquelas que participam na produção daquele conhecimento. Aceitando a autoridade desse código, continuaremos a construir sentido sem questionar as premissas básicas. Mas, mesmo nas ditas «ciências exactas», quando se trata de uma ciência progressista — que é aquela que verdadeiramente nos deve interessar —, isso não é possível. Veja-se o que o grande físico do século XX, Richard Feynman, diz:

É necessariamente verdade que todas as coisas que afirmamos em ciência, todas as conclusões que tiramos, são incertas, pois são apenas conclusões. São conjecturas sobre o que irá passar-se e não podemos saber exactamente o que vai passar-se porque nunca fazemos todas as experiências. [...] Todo o conhecimento científico é incerto. E esta experiência com a dúvida e a incerteza é importante. Creio mesmo que tem um valor tão alto que se estende para lá da ciência. Creio que para resolver qualquer problema que ainda não tenha sido resolvido é preciso deixar entreaberta a porta para o desconhecido. [...] Se não fôssemos capazes ou não desejássemos olhar em novas direcções, se não tivéssemos dúvidas e não soubéssemos reconhecer a nossa ignorância, nunca chegaríamos a ideias novas. (Feynman, 2001: 35–36)

Estas são as reflexões de um cientista-cidadão, como podemos ler no subtítulo da obra de onde estes excertos foram retirados. Nunca se fazem todas as experiências, as conclusões são sempre

conjecturais, contextuais e não, absolutamente definitivas. A dúvida e a incerteza são extremamente valiosas e chegar a ideias novas tem de exigir, de forma necessária, o reconhecimento da nossa ignorância. Que podemos então dizer acerca da objectividade científica, que se exige aos nossos textos? Como olhar para outras direcções se nos é exigida uma linguagem totalizadora, que tenha de caber na mesma grelha totalizante?

Eu responderia com Feynman novamente, quando ele explica a importância de manter «a via aberta»:

Admitindo que não sabemos, e mantendo permanentemente a atitude de que não sabemos a direcção que necessariamente devemos seguir, dá-nos a possibilidade de alteração, de pensamento, de novas contribuições e novas descobertas para o problema de desenvolvermos um modo de fazermos o que realmente queremos, mesmo que não saibamos o que não queremos. (Feynman, 2001: 43–44)

Como vemos, mesmo nas chamadas «ciências exactas», a questão da objectividade é bem mais complexa do que aquela que nos querem impor. Há que deixar uma «via aberta», não fechando conclusões, muitas vezes não sabendo o que queremos e, certamente, isso só nos poderá levar a questionar as premissas básicas do código que usamos e do seu sentido dominante. Ou seja, tudo isto terá, necessariamente, de se reflectir na forma como apresentamos os resultados da nossa investigação e do nosso pensamento, ou seja, na forma como escrevemos — que não pode ser espartilhada em regras e grelhas rígidas. Não só porque é do interesse da própria ciência que assim seja, como Feynman parece claramente demonstrar, como tudo isto se inscreve na própria natureza material da linguagem, que precisa de novas formas para exprimir novos sentidos, uma vez que as duas coisas constituem uma unidade inextricável.

E que dizer do prazer do texto? Segundo Barthes (2001), para haver saber tem de haver sabor, ou seja, tem de haver *diferença*, pois sem essa diferença apenas resta a repetição e o tédio. O texto tem, pois, de se assumir na sua diferença, experiência sempre única e erótica de escrita e de leitura. Para Barthes é à forma do texto, e não o seu tema, que subjaz o erotismo: à construção de uma forma que nos leve a uma pluralidade de sentidos possíveis que se opõem ao poder da linguagem dominante. É no prazer da diferença que nos concede que o texto ganha poder sobre nós, no ritmo básico de variação-repetição em que qualquer tipo de prazer assenta. Considerava ainda o filósofo que qualquer verdade que se instale e que se repita se transforma numa posição ideológica útil ao sistema hegemónico para impedir qualquer transformação. Para o impedir, teremos de exercer a contra-violência da linguagem, para voltarmos a Lecercle e ao início deste meu ensaio.

Penso que todos e todas concordaremos que um texto que não nos dê prazer na sua leitura acaba por se tornar entediante e penoso. Será difícil que capte a nossa atenção ou que permaneça na nossa memória. Como pode então um texto destes, cuja forma assente unicamente na repetição, ser o objectivo a atingir para as nossas publicações?

Confesso que cada vez me custa mais ler textos que me dão a súmula do que pretendem apresentar logo no início e que, depois, passam metade do tempo a comunicar ao leitor ou leitora o que vão passar a expor a seguir para comprovar o que já disseram que iam comprovar logo no início. Se, ao menos, isso trouxesse o prazer da diferença de um poema como o de Wallace Stevens, «The Pleasures of Merely Circulating»:

The garden flew round with the angel,
The angel flew round with the clouds,
And the clouds flew round and the clouds flew round
And the clouds flew round with the clouds.

Is there any secret in skulls,
The cattle skulls in the woods?
Do the drummers in black hoods
Rumble anything out of their drums?

Mrs. Anderson's Swedish baby
Might well have been German or Spanish,
Yet that things go round and again go round
Has rather a classical sound.
(Stevens, 1982, p.149)

Eis como, mesmo para falar de repetição, se pode usar a variação e/ou a diferença. Eis como se torna possível falar do ciclo de morte e vida da natureza, mantendo a via aberta para muitos outros sentidos, que vão do religioso ao político, do estético ao filosófico e do trágico ao cômico — oferecendo-nos o prazer da leitura. Não estou a defender que devamos escrever ensaios académicos em verso ou outras quaisquer formas poeticamente experimentais — embora não tenha nada contra. Afinal isso já nem sequer é nada de novo, desde *An Essay on Criticism* de Alexander Pope no século XVIII a *Glas* de Jacques Derrida no século XX, só para dar dois exemplos dos muitos que ainda existem e de que destacaria ainda os de muitos autores da *L=A=N=G=U=A=G=E School* (como os textos sobre linguagem e cognição de Lyn Hejinian). Mas defendo, sem dúvida, que a forma do texto académico seja livre, sem espartilhos além dos que o próprio autor ou a própria autora lhe queiram impor, e que seja capaz de nos prender na leitura também pela escolha da sua diferença formal — e, desse modo, defendo um texto que seja capaz de nos dar prazer também na sua forma de apresentar o conhecimento. Se assim não for, resta resignarmo-nos a uma qualquer ciência parda, sem qualquer brilho de criatividade ou ideias novas.

O último ponto para que eu gostaria de apontar tem a ver com outra falta de liberdade, pois, se queremos que a avaliação do nosso trabalho, nas nossas instituições académicas ou nas instituições de financiamento, seja positiva, temos hoje de ir consultar as listas das revistas e das editoras que importam. A questão é: quem escolhe e quem faz essas listas?

Se é verdade que isso até poderá ser legítimo (embora eu tenha muitas dúvidas) no campo das chamadas «ciências exactas», uma vez que muitas vezes se trata de investigação aplicada de carácter tecnológico e utilitário, que se prende com necessidades físicas e materiais muito concretas e urgentes (como desenvolver uma vacina ou um químico que cure; ou um material mais resistente para construção civil; ou um algoritmo para aplicação informática no cálculo de processos climáticos, etc., etc.), gostaria que alguém me explicasse qual a necessidade de impor a obrigatoriedade de publicar nas revistas e editoras incluídas nessas listas quando se trata das Ciências Sociais ou das Humanidades?

Não digo, como é óbvio, que estas áreas não devam partilhar o seu conhecimento ou que ele seja inútil (embora considere a enorme utilidade do que é tido como inutilidade), mas digo, isso sim, que, em termos de aplicação imediata, elas não dependem — pelo menos, nem sempre e não da mesma maneira — de números de dados e estatísticas e/ou de resultados analíticos que urge unir ou comparar. Os seus campos de análise são muito mais alargados pois implicam, muitas vezes, processos históricos e teóricos de séculos, que têm de ser tomados em conta para que as novas circunstâncias em análise sejam contextualizadas e, só depois, compreendidas ou apenas questionadas. Sim, em geral, as Ciências Sociais e, sobretudo, as Humanidades precisam do escopo dos livros e menos, da brevidade da publicação dos dados em revistas. Como se viu, neste curto ensaio, precisa-se de tempo para dialogar com muitos séculos de reflexão, desde Aristóteles a Derrida, desde Pope a Joyce.

Não se entende como foi possível que os estudiosos e estudiosas destas áreas aceitassem o tipo de imposições em vigor. De uma coisa não há dúvida: temos, neste momento mais do que nunca, poderes externos ao conhecimento científico que pretendem controlar o que se estuda e como se estuda no mundo da ciência, porque, pelos vistos, o controle que detinham sobre os estudos que mereciam financiamento, ou não, já não lhes chegava. E que dizer quando nos pedem para pagar para publicar?!

O valor do conhecimento científico é agora, também mais do que nunca, transformado em dinheiro, um valor de troca, e não lhe é permitido, de forma alguma, passar ao lado dessa lógica. O capital entrou na academia e controla a produção de conhecimento de uma forma nunca antes vista. A maioria daqueles títulos em que nos é imposto publicar estão ligados a consórcios e corporações que, ainda por cima, nos impõem a sua língua, o inglês (veja-se o importante contributo para esta discussão de Solovova, Santos e Veríssimo, 2018). E a quantidade de artigos que acabamos por ter de ler e que nada acrescentam ao conhecimento já existente cresceu de forma exponencial, porque, afinal, agora há uma lógica de mercado dominante. De que violência da linguagem falamos nós agora? E que tipo de contra-violência nos resta?

Como encontrar formas de produção e de circulação alternativas? Como pressionar os centros de decisão das nossas instituições para que se rebelem contra este estado de coisas?

Costumo começar os meus seminários sobre escrita académica com esta reflexão e, se é certo que a maioria dos/as estudantes me vêm agradecer e até abraçar no final das sessões, também é certo que outras vozes se levantam para dizer que não podem dar-se ao luxo de ignorar as ditas «listas» onde é importante publicar e, para tanto, têm de submeter-se às suas regras e lógicas, porque as alternativas, se é que algum dia vão existir, vão demorar muito tempo a ser aceites. Mesmo que tenham achado mais interessante

e mais profícuo experimentar — escrever um texto em duas colunas, com um diário de campo em paralelo; ou fazer também uso do fragmento e da interrupção... — a dura realidade para um/a jovem cientista é esta.

A utilidade desta reflexão pode ser apenas inútil. Mas, à pequena escala, acho que podemos dar o nosso contributo.

Continuo a acreditar que o poder da linguagem é o poder mais radical. Não se trata de usar a linguagem para a acção, mas de perceber que a linguagem é, ela mesma, acção — a acção antes de todas as outras formas de acção. Só a prática do trabalho sobre ela, que é também uma prática de trabalho sobre a consciência, nos pode salvar de um modelo de ciência parda que vê apenas algoritmos em vez de seres humanos — em vez de toda a riqueza, toda a complexidade e toda a potência criativa da nossa humanidade.

Bibliografia

- Appolinaire, Guillaume (1995). *Calligrammes: poèmes de la paix e da la guerre, 1913–16*. Paris: Gallimard.
- Aristóteles (2016). *Poética*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- Barthes, Roland (2001). *O Prazer do Texto*. Lisboa: Edições 70.
- Bernstein, Charles (1997). «A-poética». *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 47, 101–121.
- Butler, Judith (2006). *Gender Trouble*. Abingdon: Taylor and Francis.
- Deleuze, Gilles & Gattari, Felix (1986). *Kafka: Toward a Minor Literature*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Derrida, Jacques (1986). *Glas*. Lincoln: University of Nebraska Press.
- Feynman, Richard P. (2001). *O Significado de Tudo. Reflexões de um Cidadão-Cientista*. Lisboa: Gradiva.
- Foucault, Michel (1997). *A Ordem do Discurso*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Freud, Sigmund (1953). *On Aphasia*. Madison: International Universities Press.
- . (1960). *Jokes and their Relation to the Unconscious*. New York: W. W. Norton.
- Gilot, Françoise & Carlton, Lake (1964). *Life with Picasso*. New York: MacGraw Hill.
- Joyce, James (1971). *Ulysses*. New York: Penguin.

- Kristeva, Julia (2018). *História da Linguagem*. Lisboa: edições 70.
- Lacan, Jacques (1996). *Escritos*. Rio de Janeiro: Perspectiva.
- Lecercler, Jean-Jacques (1990). *The Violence of Language*. New York: Routledge.
- Liotard, Jean-François (1989). *A Condição Pós-Moderna*. Lisboa: Gradiva.
- Mallarmé, Stéphane (1914). *Um Coup de Dés Jamais N'Abolira Le Hasard*. Paris: Gallimard.
- Pope, Alexander (2010). *An Essay on Criticism*. Lenox, Mass.: HardPress Publishing.
- Santos, Boaventura de Sousa (2007), «Beyond Abyssal Thinking: From Global Lines to Ecologies of Knowledges», *Review (Fernand Braudel Center)*, 30 (1), 45–89. Consultado em 15.01.2021: <https://www.jstor.org/stable/40241677>.
- Saussure, Ferdinand de (1999). *Curso de Linguística Geral*. Lisboa: D. Quixote.
- Shiva, Vandana (1993). *Monocultures of the Mind: Perspectives on Biodiversity and Biotechnology*. London: Zed Books.
- Solovova, Olga, Santos, Joana Vieira & Veríssimo, Joaquim (2018). «Publish in English or Perish in Portuguese: Struggles and Constraints on the Semiperiphery», *Publications*, 6 (2), 25.
- Stein, Gertrude (1975). *How to Write*. New York: Dover Publications.
- Stevens, Wallace (1982). *The Collected Poems*. New York: Vintage Books.